



Comunicado de Imprensa n.º 12/397 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de outubro de 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI conclui quinta avaliação do Acordo EFF com Portugal e aprova desembolso de 1,5 mil milhões de euros

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a quinta avaliação do desempenho de Portugal no contexto do programa económico apoiado por um acordo trienal ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa) no montante de DSE 23,742 mil milhões (cerca de 28,2 mil milhões de euros). Concluída a avaliação, um montante equivalente a DSE 1,259 mil milhões (cerca de 1,5 mil milhões de euros) fica imediatamente disponível, perfazendo um total de DSE 18,402 mil milhões (cerca de 21,8 mil milhões de euros) em desembolsos ao abrigo do EFF.

O Conselho de Administração aprovou também um pedido de dispensa da aplicação e observância dos critérios de desempenho para o final de Setembro de 2012.

O EFF foi aprovado em 20 de Maio de 2011 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 11/190](#)) como parte de um pacote de financiamento coordenado com a União Europeia que ascende a 78 mil milhões de euros ao longo de três anos. Ele permite o acesso em carácter excepcional aos recursos do FMI, equivalente a 2.306 por cento da cota de Portugal na instituição.

Ao término das discussões, a Subdiretora-Geral e presidente em exercício do Conselho, Sra. Nemat Shafik, fez as seguintes observações:

“Como reflexo dos vigorosos esforços das autoridades na prossecução das políticas, verificou-se uma diminuição acentuada dos desequilíbrios orçamentais e externos e um declínio dos *spreads* da dívida soberana. No entanto, o enfraquecimento das perspetivas externas e o aumento do desemprego agravaram os riscos para a consecução dos objetivos do programa. São necessários novos esforços, com o apoio dos parceiros da zona euro, para prosseguir a consolidação orçamental e impulsionar o crescimento a longo prazo.

Perante a redução das receitas, as metas fiscais revistas estabelecem um equilíbrio adequado entre o prosseguimento do necessário ajustamento fiscal e o apoio ao crescimento. Todavia, com a previsão de que a dívida ascenda agora a cerca de 124% do PIB em 2014, a margem de manobra diminuiu. A conclusão célere da planeada avaliação da despesa deve ajudar a

reequilibrar o esforço de ajustamento, que no momento assenta predominantemente em medidas do lado da receita.

As reformas estruturais são fundamentais para apoiar a consolidação orçamental duradoura. Têm-se verificado progressos sensíveis no fortalecimento da administração fiscal e da gestão das finanças públicas, bem como na reforma do setor empresarial do Estado. Contudo, são necessários esforços adicionais, nomeadamente através da implementação abrangente das novas regras em matéria de autorização de despesas, da monitorização cuidadosa do cumprimento das obrigações tributárias, da manutenção de um controlo apertado sobre o orçamento das empresas públicas e da redução dos custos das parcerias público-privadas.

As autoridades construíram um sólido historial na preservação da estabilidade financeira e tomaram medidas importantes para recapitalizar a banca e reforçar os quadros de supervisão e resolução. O apoio dado a título excepcional pelo Eurosistema e as recentes decisões do BCE devem também revelar-se úteis para garantir a liquidez suficiente para a banca. No entanto, é necessário monitorizar atentamente os riscos e preservar o acesso das pequenas e médias empresas ao crédito.

Foram feitos progressos significativos nas reformas estruturais, nomeadamente através da redução das distorções nos mercados de trabalho e de produtos e no mercado habitacional, bem como na reforma judiciária. No entanto, é possível que essas reformas demorem a dar frutos. Deve-se explorar opções de políticas alternativas para aumentar a concorrência no setor dos bens não transacionáveis, pois isto facilitaria o ajustamento externo e melhoraria as perspetivas de crescimento a longo prazo.”